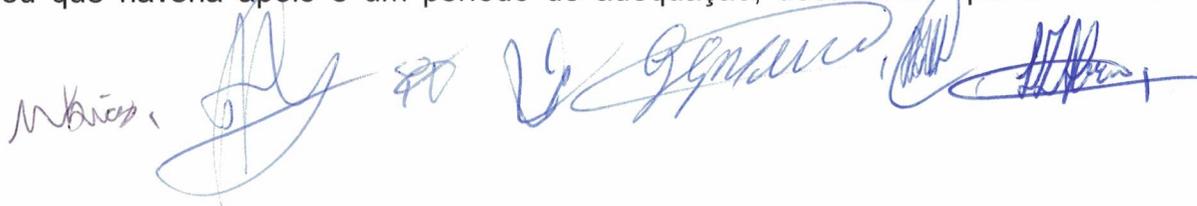


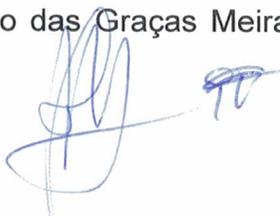
Ata da 7ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abre Campo - 01/09/2021

Ao primeiro (1) dia do mês de setembro de 2021, às 18 horas, na sede da Câmara Municipal de Abre Campo- MG, situada na Avenida Francisco Nacif, nº 220, Bairro Central em Abre Campo- MG, reuniram-se os senhores Vereadores sob a presidência do Vereador Joanas da Silva Barbosa, que observando o quórum legal declarou aberta a sessão. Em seguida cumprimentou a todos os presentes e pediu que ficassem de pé para fazer a oração do "PAI NOSSO". Depois da oração, o Presidente Joanas da Silva Barbosa agradeceu a presença de todos e pediu ao 1º Secretário Wanderson Adão Dias que fizesse a chamada nominal dos Vereadores. Estiveram presentes todos os Vereadores: Edson Paula Miranda, Raimundo Célio de Paiva, Joaquim Antônio Sétimo, Leonel Santana Filho, Wanderson Adão Dias, Joanas da Silva Barbosa, Geraldo das Graças Meira, César Netto Rosa e Leonardo José Fernandes de Abreu. O Presidente Joanas da Silva Barbosa solicitou ao 1º Secretário Wanderson Adão Dias que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior. Após a leitura, o Vereador Wanderson pediu a secretária Andreza que fizesse uma pequena correção na Ata. O Presidente Joanas convidou o senhor Moacir, consultor da parte agrícola do Município de Abre Campo para explanar sobre o Projeto de Lei nº 015/2021. O senhor Moacir explicou que estavam implantando o selo de inspeção no Município de Abre Campo. Ele disse que se tratava de um selo que vinha de proteína animal, tendo o objetivo de preservar a saúde pública e o meio ambiente. Informou que a lei do selo é de 1989 e a lei federal de proteína animal é de 1950 e disse que a segurança alimentar é um dos principais pilares do selo, sendo inaceitável ainda ver pessoas matando suínos sem vacinação ou matando bois em bananeira, o que ainda era realidade na região. Informou que o produtor com selo poderia fazer venda governamental, de modo que o Estado tinha a obrigação de comprar 40% da agricultura familiar e sem o selo não seria possível a venda de proteína animal. Informou que o selo traria a garantia de compra de produto com segurança e geraria empregos e fiscalização, explicando que haveria o selo normal e o selo da rota imperial. O Vereador Raimundo Célio de Paiva questionou como ficaria a situação do comerciante que não possui matadouro. O senhor Moacir informou que haveria apoio e um período de adequação, destacando que o

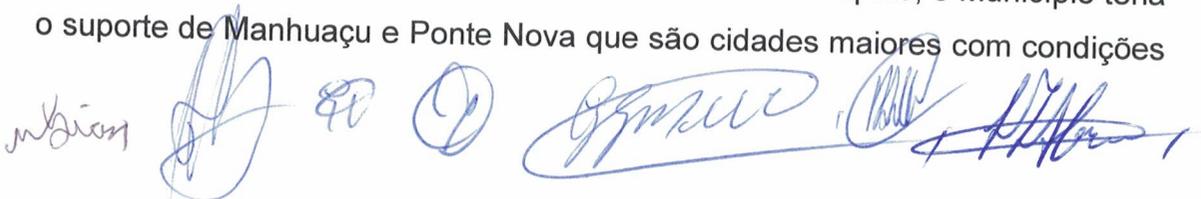


Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including the name 'Moacir' on the left and several other illegible signatures.

selo estaria de acordo com a realidade do Município. O Vereador Edson Paula Miranda perguntou como o pequeno produtor iria obter o selo. O senhor Moacir explicou que o a Secretaria deveria ser procurada para o produtor obter apoio, fortalecendo a agricultura familiar. O Vereador Leonel Santana Filho questionou acerca da inspeção permanente durante o abate. O senhor Moacir disse que caberia ao abatedouro dependendo da necessidade. O Vereador Leonel Santana Filho mencionou que havia o matadouro municipal no Bairro Cachoeira da Conquista e questionou se a Prefeitura iria disponibilizar um local para o abate de animais. O senhor Moacir disse que não poderiam ter um abatedouro no Município sem a lei municipal, mas essa seria uma boa ideia para minimizar o custo. A respeito dos documentos do artigo 9º e da suspensão de atividades sem adequação do artigo 20, o Vereador Leonel Santana Filho questionou se aquilo não seria uma questão restritiva da atividade. O senhor Moacir disse que a lei não poderia restringir, mas apenas fiscalizar e os documentos do artigo 9º eram o mínimo necessário. O Dr. Márcio Pessoa Victor informou que já existia legislação federal e estadual que faziam essa regulamentação e o selo estaria regulamentando de forma mais fácil para os produtores municipais, além de que a Secretaria estaria auxiliando para o produto ser comercializado de forma legal. O Vereador César Netto Rosa perguntou se quem não tivesse o selo não poderia comercializar o produto. O senhor Moacir explicou que esses produtores já estavam errados pela lei estadual, mas o selo tentaria incluir todos, conforme a realidade do Município, buscando o fortalecimento da agricultura familiar, mas seria possível que alguns não estivessem dispostos a adquirir o selo e continuariam vendendo fora da forma prevista em lei. O Presidente Joanas da Silva Barbosa agradeceu ao senhor Moacir pela explanação e pediu ao 1º Secretário Wanderson Adão Dias que fizesse a leitura do Projeto e, em seguida, a chamada para votação do mesmo. Foi lido o Projeto de Lei nº 15/2021 que dispõe sobre a constituição do serviço de inspeção municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal no Município de Abre Campo. Após a votação, o Presidente Joanas declarou a aprovação do Projeto com 6 votos a favor dos Vereadores Leonardo José Fernandes de Abreu, Raimundo Célio de Paiva, Geraldo das Graças Meira, Joaquim Antônio Sétimo, Edson Paula Miranda e

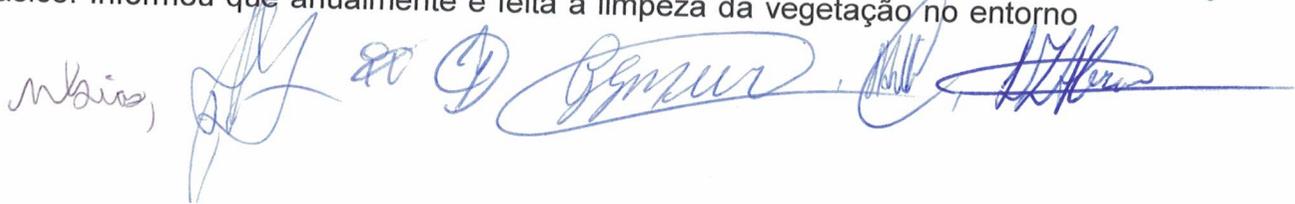


Wanderson Adão Dias e 2 abstenções dos Vereadores César Netto Rosa e Leonel Santana Filho. Prosseguindo com a reunião, o Presidente Joanas da Silva Barbosa pediu ao 1º Secretário Wanderson Adão Dias que fizesse a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 16/2021 que fixa novo padrão remuneratório afetado aos agentes comunitários de saúde e de endemias. O Vereador Wanderson Adão Dias informou que o Projeto vinha do Executivo para regulamentar o piso de agentes comunitários de saúde e endemias, uma vez que esse recurso vinha do governo federal, destacando que são profissionais que trabalham arduamente e devem ser valorizados. O Presidente Joanas da Silva Barbosa pediu ao 1º Secretário Wanderson que fizesse a chamada para votação do Projeto. O Vereador Raimundo Célio de Paiva parabenizou o Executivo pelo Projeto com a verba do Governo Federal e disse que o aumento era merecido e que acompanhava o trabalho dos agentes comunitários, destacando que são pessoas idôneas que cumprem seus compromissos. O Vereador Leonel Santana Filho também disse que o aumento era merecido. Após a votação, o Presidente Joanas declarou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 16/2021 por unanimidade. O Presidente Joanas pediu ao 1º Secretário Wanderson que fizesse a leitura do Projeto de Lei nº 17/2021 que autoriza a adesão do Município de Abre Campo ao consórcio intermunicipal de saúde para gerenciamento da rede de urgência e emergência da macro sudeste-cisdeste. O Vereador Wanderson Adão Dias pediu um olhar favorável ao Projeto, tendo em vista que a região ainda não tinha o Samu e que faria um trabalho importante, além de que na BR-262, em caso de acidente, as equipes ficam impossibilitadas de atendimento, dependendo dos bombeiros ou de uma ajuda do Estado. Dessa forma, estaria mais preparada para os municípios de Abre Campo. Ele parabenizou o Prefeito pelo interesse no Projeto regional. O Vereador Leonel Santana Filho também parabenizou pelo Projeto e leu o final da justificativa, trazendo que o Projeto proporcionaria agilidade nos atendimentos de urgência e emergência, levando o paciente diretamente para a unidade necessária. O Presidente Joanas disse que o Projeto era muito importante, tendo em vista que atenderia o Município e também cidades vizinhas e também parabenizou o Executivo. O Vereador Wanderson disse que em caso de necessidade de mais apoio, o Município teria o suporte de Manhuaçu e Ponte Nova que são cidades maiores com condições



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including the name 'Wanderson' on the left and several other illegible signatures.

de prestar serviço do Estado. O Projeto foi colocação em votação, sendo declarado aprovado por unanimidade. O Presidente Joanas informou que haveria uma reunião extraordinária no dia 10 de Setembro para votar um Projeto de suplementação do orçamento de 2020, já que o Samu não estava previsto no orçamento do Município, além da votação do Projeto de Orçamento da Câmara. O Presidente Joanas agradeceu a presença do senhor Jonas, proprietário de máquinas e secadores e também a presença do senhor Carlos da gerência de relacionamentos da Cemig e a senhora Poliana que estariam falando a respeito do clamor da população acerca da energia no município que em toda safra de café sofre com prejuízos causados por picos de energia, danificando motores e eletrodomésticos. A senhora Poliana agradeceu a oportunidade da Cemig falar aos munícipes, esclarecendo que a Câmara havia solicitado ao Deputado Paulo Abi-Ackel que pediu à diretoria da Cemig que prestasse esclarecimentos à população. Ela ressaltou que a Cemig reconhecia a necessidade constante de melhoria na qualidade do sistema elétrico como um todo e vinham fazendo investimentos crescentes no sentido de melhorar o fornecimento, trabalhando em ciclos de investimento e que no ciclo de 2023 a 2027 haveria uma mudança histórica no patamar de investimentos da Cemig, passando de 6 bilhões para 22 bilhões de reais, representando uma mudança no patamar de energia elétrica. Contudo, não seria necessário esperar até 2027 para que houvesse mudança na qualidade. Especificamente sobre Abre Campo, destacou a questão da Usina Risoleta Neves que teve suas atividades suspensas em 2015 após a queda da barragem da Samarco, atingindo diretamente a qualidade no fornecimento na região. Informou que a Cemig estava trabalhando para restabelecer a qualidade, investindo 60 milhões na região em questão de alta tensão, construindo a subestação de Jequeri com previsão de entrega para maio de 2022, representando maior disponibilidade de carga. Além disso, estavam sendo construídos 81 km de redes de alta tensão, melhorando a qualidade percebida de energia elétrica, além da construção de 20 km de redes de média tensão e baixa tensão, visando a melhoria da qualidade no fornecimento. Também informou que a Cemig investiria 2,8 milhões em Abre Campo para a mudança de redes rurais monofásicas para redes rurais trifásicas, fazendo parte do programa Minas Trifásico. Informou que anualmente é feita a limpeza da vegetação no entorno



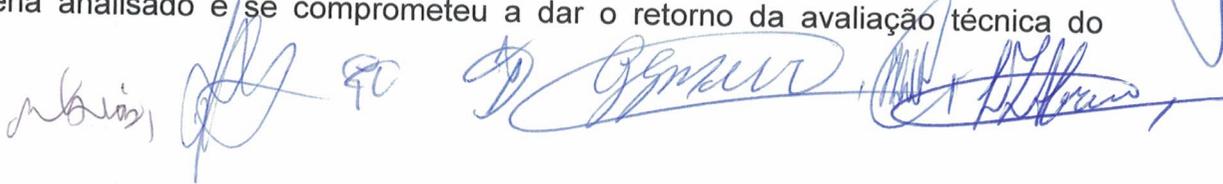
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including the name 'nkias' and several illegible signatures.

dos cabos para evitar desligamentos e que haviam concluído no mês de agosto. Além disso, destacou que estavam fazendo inspeção nas redes através de drones. Também informou sobre o atendimento emergencial e comercial, sendo uma equipe das 7 às 17 horas e a outra de 13:00 às 23:00, além de duas equipes em Rio Casca que também atendiam em Abre Campo. Por fim, afirmou que o serviço necessita constantemente de manutenções e que estavam sujeitos a algumas falhas. O Presidente Joanas deixou a palavra livre aos demais presentes. O Vereador Raimundo Célio de Paiva disse que a Câmara vinha lutando quanto a essa questão por vários anos e nas primeiras vezes falaram que Abre Campo não necessitava de uma subestação e que nunca tiveram uma resposta que poderia resolver o problema do Município. Ele destacou o respeito pela Cemig, mas explicou que Abre Campo não suportava mais os prejuízos causados pelos problemas de fornecimento de energia. Além disso, ele questionou se a subestação estava sendo feita em Jequeri por causa dos frigoríficos e perguntou se essa subestação estaria ajudando Abre Campo. A senhora Poliana informou que não havia pedido da população que alterasse uma análise técnica de onde deveria ser instalada a subestação, não havendo associação de empresários que pudessem fazer essa decisão. Destacou que as análises eram técnicas, verificando onde poderia ser instalada a subestação, assegurando que não poderiam construir nada sem a comprovação técnica. Ela informou que Abre Campo recebia energia de um alimentador que saía de Rio Casca e nesse mesmo alimentador eram alimentadas as cidades de Pedra Bonita e Santo Antônio do Grama. Com a subestação de Jequeri, as duas cidades seriam alimentadas por Jequeri, liberando consideravelmente a carga para Abre Campo. O Vereador Raimundo Célio perguntou se a Cemig havia estudado se essa carga conseguiria atender os produtores em época de safra. A senhora Poliana disse que sim, tratando-se de segurança técnica. O Vereador Raimundo Célio disse que ficaria feliz por isso, já que era uma luta de vários anos. O Vereador Leonel Santana Filho agradeceu os representantes da Cemig pelo atendimento do pedido e pela notícia de que em maio de 2022 teriam esse benefício quanto ao fornecimento de energia, destacando os danos que os problemas de energia estavam causando no Município. O Vereador Raimundo Célio de Paiva informou que a comunidade do Bom Sucesso tinha vários produtores e secadores de café e



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including the name 'Joanas' on the left and several other illegible signatures.

quando a energia não estava suportando o maquinário, reclamavam com a Cemig que aumentava o transformador da pessoa, mas a rede monofásica não estava suportando. O Vereador Wanderson Adão Dias pediu que essas medidas fossem efetivamente cumpridas, uma vez que a Cemig estava desacreditada e, infelizmente, muitos prejuízos estavam sendo causados, a Cemig não solucionava os problemas e dizia que estava com alta demanda. Ele destacou que muitos pequenos produtores estavam lutando arduamente para permanecer na roça. Além disso, mencionou uma câmara para armazenar R\$ 30.000,00 em vacinas que, em caso de interrupção de energia, possuía autonomia de até 36 horas e que em alguns casos não funcionava, destacando a responsabilidade que a Cemig deveria ter com o povo. Ele disse que um amigo com conhecimento técnico havia dito que Abre Campo precisava e comportava uma subestação e as condições do terreno são as mesmas. A respeito dos 2,8 milhões investidos em 33 km do trifásico no Município de Abre Campo, ele questionou se seria suficiente, já que a extensão territorial é de 474 km. A senhora Poliana informou que são linhas de rede rural, havendo uma análise dos pontos mais críticos para que fosse feita a substituição, não havendo disponibilidade financeira para alteração de todas as redes rurais. Ela informou que a Cemig entendia a importância da energia elétrica para conservação das vacinas e disse que foi feito um trabalho de inspeção nas redes nos locais de onde seriam armazenadas as vacinas de covid-19, de modo que esses locais fossem atendidos com prioridade. Além disso, informou que a Cemig doou para 425 municípios equipamentos para suporte à vacinação no programa Unidos pela Vacina, doando refrigeradores, câmaras frias com autonomia, caixas térmicas, luvas e outros insumos. Ela destacou que a subestação de Jequeri iria aliviar a carga de Abre Campo, reforçando o compromisso na melhoria do fornecimento no Município. O Vereador Wanderson disse que a energia em Cachoeira do Livramento era muito fraca e a Cemig disse que não havia registro de queixas quanto à questão da qualidade da energia prestada, ressaltando que lá não havia sinal de telefone. Disse também que buscou um retorno da Cemig quatro vezes em Ponte Nova e, na última vez, informou que buscaria o Ministério Público para ver o caminho legal e respeitoso para a população. A senhora Poliana informou que o local seria analisado e se comprometeu a dar o retorno da avaliação técnica do



local. O Presidente Joanas fez um agradecimento ao Deputado Paulo Abi-Ackel por ter recebido o ofício e tornando possível o diálogo com os representantes da Cemig. Ele pediu que fosse verificado o problema no fornecimento no povoado de Aparecida, uma vez que o transformador local foi colocado na época para dez casas e a demanda passou para cerca de setenta casas, além de mercearias e outros estabelecimentos. O Vereador Leonel Santana Filho apontou a necessidade de uma extensão de rede no povoado de Aparecida. A senhora Poliana explicou que deveria ser feita uma análise no local para entender qual a carga necessária e fazer um orçamento, havendo um custo por se tratar de procedimento mais específico, tendo situações em que o poder público arca com os custos, sendo necessário um pedido da Prefeitura para que essa análise seja feita. Após os esclarecimentos da representante da Cemig, o Presidente Joanas pediu que fosse feita a leitura da correção na Ata da reunião anterior e que fosse feita a chamada para aprovação ou não da mesma. Após a votação, ata foi declarada aprovada por unanimidade. O Vereador Raimundo Célio pediu que constasse em ata as datas mencionadas pela representante da Cemig maio de 2022 para término da construção da Subestação e até 2027 para terminar as obras referentes a rede trifásica da zona rural. O Presidente Joanas da Silva Barbosa pediu que constasse em ata seu voto a favor do Projeto de Lei Complementar nº 16/2021, uma vez que o Presidente deve votar em se tratando de Lei Complementar. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Joanas da Silva Barbosa agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, o 1º Secretário Wanderson Adão Dias, lavrei a presente Ata do dia 01/09/2021.

Wanderson Adão Dias Joanas da Silva Barbosa
